

Entidades que compõem o Comitê Gestor foram incentivadas a também fomentar medidas para a promoção da integridade

Ministro da CGU, Wagner Rosário conduziu a reunião e apresentou os principais aspectos do Pró-Ética

A Controladoria-Geral da União (CGU) realizou, nesta terça-feira (13), reunião com dirigentes das entidades que integram o Comitê Gestor do Pró-Ética, iniciativa desenvolvida pela CGU em parceria com o Instituto Ethos para fomentar a adoção de programas de integridade no setor empresarial brasileiro. A reunião foi realizada em Brasília, na sede da CGU, e teve como objetivo incentivar as entidades que compõem o Comitê a também alavancarem medidas para a promoção da ética e da integridade.

O ministro da Controladoria, Wagner Rosário, que conduziu a reunião, apresentou os principais aspectos do Pró-Ética, ressaltando a importância e os resultados alcançados em nove anos da iniciativa, como o número crescente de empresas avaliadas – em 2018 foram 152, contra 33 em 2015. O ministro destacou que a promoção da integridade também tem ganhado espaço no setor público. “Não podíamos apenas cobrar das empresas e não fazer nada no nosso ambiente. Nós também estamos trabalhando muito nessa área, e hoje já temos praticamente todos os órgãos públicos com programas de integridade. A CGU vai avaliá-los e fará o acompanhamento junto aos órgãos”, explicou.

Rosário afirmou ainda que as instituições do Comitê precisam ser exemplo no que se refere à integridade, já que elas têm abrangência nacional, são instituições com alta representatividade e exercem grande influência em outras organizações. Segundo o ministro, “as instituições que compõem o Comitê Gestor do Pró-Ética devem adotar e aplicar um programa de integridade de forma exemplar, para que possam ser referência para outras organizações”.

O ministro apresentou exemplos de ações que podem ser adotadas para o fortalecimento da integridade nas instituições, entre as quais recomendar expressa e continuamente a adoção de programa de integridade para os associados e parceiros de negócios e recomendar que os associados e parceiros de negócios participem do Pró-Ética. Rosário recomendou também que as organizações façam campanhas de comunicação internas e externas para promover o tema e promovam boas práticas relacionadas aos principais riscos do setor de atuação de cada instituição.

Pró-Ética

O Pró-Ética resulta da conjugação de esforços entre os setores público e privado para promover no país um ambiente corporativo mais íntegro, ético e transparente.

A iniciativa consiste em fomentar a adoção voluntária de medidas de integridade pelas empresas, por meio do reconhecimento público daquelas que, independentemente do porte e do ramo de atuação, mostram-se comprometidas em implementar medidas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude.

O Comitê Gestor do Pró-Ética é a instância colegiada responsável por deliberar sobre quais empresas irão compor a lista de cada ano, bem como por discutir e deliberar sobre atualizações dos requisitos para participação no Pró-Ética.

O Comitê é composto atualmente por representantes da CGU e do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, além das seguintes instituições: Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil); Brasil Bolsa Balão (B3); Confederação Nacional da Agricultura (CNA); Confederação Nacional das Indústrias (CNI); Federação Brasileira de Bancos (Febraban); Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco); Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon); e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Fonte: CGU, em 16.08.2019